



# ANAIIS DA ASSEMBLEIA

Nº 142

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**  
1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**  
2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**  
1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**  
2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**  
3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**  
4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**  
5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Durval Amaral
Líder da Oposição .....	Waldyr Pugliesi
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Sérgio Spada
PMDB .....	Nereu Moura
PPB .....	Tony Garcia
PT .....	Hermes Fonseca
PDT .....	Luiz Carlos Zuk
PSL .....	Edno Guimarães
PST .....	Divanir Braz Palma
PL .....	Serafina Carrilho
PSB .....	Moysés Leônidas

## Representação Partidária

PFL - 09 - Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 04: Neivo Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk - Renato Gaúcho; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE OUTUBRO DE 2001**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pela senhora deputada Luciana Rafagnin e pelo senhor deputado Hermes Fonseca.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

**OFÍCIO S/Nº**

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente, comunicar a V. Exa. que estou desfilado do Partido da Social Democra-

cia Brasileira - PSDB e passo a integrar a Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

**OFÍCIO S/Nº**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, vem comunicar à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sua desfiliação no PSDB e filiação no PDT, a partir do dia 04 de outubro do corrente, para que sejam tomadas providências junto aos órgãos competentes deste Poder.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**Mandado de Segurança:**

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 114.610-7  
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Impetrante:

Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná.

Impetrado:

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e outro.

Relator:

Des. Antonio Gomes da Silva.

**DESPACHO**

I - Cuida-se de *mandamus* de caráter preventivo e colima deferimento liminar a fim de que as autoridades impetradas se abstenham de colocar em discussão/votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2001, ante o argumento de se malferir o direito líquido e certo do impetrante que emerge do seu direito de livre escolha e nomeação dos diretores de escolas públicas, consoante a edição do Decreto nº 4313/2001.

A evidência que deflui da narrativa exposta pelo impetrante é o que dispõe o artigo 1º, do projeto em referência pelo qual se pretende sustar, como suporte no inciso XXVI, do artigo 54 (sic), da Constituição Estadual, os efeitos do Decreto nº 4313, de 27.06.2001, do Poder Executivo.

Esclareça-se, contudo, que o inciso XXVI mencionado aquele constante do inciso XXVII, do citado artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná.

II - A matéria contida no pedido vestibular, como se observa, é de iniludível e indisputável relevância, por isso que, a cautela recomenda se suspenda o ato inquinado de ofensivo ao direito líquido e certo do impetrante.

De fato, *in casu*, presentes se acham os requisitos estabelecidos no inciso II, do artigo 7º, da Lei nº 1533, de 31.12.51 (*fumus boni iuris* e possibilidade de lesão irre-

parável ou de difícil reparação), imprescindíveis para que se autorize ou se conceda a medida liminar (cf. STF - Pleno: RTJ 91/67). (No mesmo sentido: RTJ 112/140).

E como é cediço, “a medida liminar não tem por objeto o mérito da causa mas a garantia da eficácia do julgado, caso favorável ao impetrante” (cf. Plenário do STF, Rel. Min. Rafael Mayer, in DJU de 10.02.89, pág. 381).

III - Diante dessas considerações e ponderações, concedo a liminar instada, oficiando-se às autoridades impetradas para que se abstenham de colocar em discussão/votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2001, até final decisão deste remédio constitucional, bem como ofertem, querendo, suas informações, no prazo legal.

IV - Oportunamente, vista à d. Procuradoria Geral de Justiça.

V - Intimem-se.

Curitiba, 04 de outubro de 2001.

(a) Des. ANTONIO GOMES DA SILVA  
Relator

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO N ° 3230

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 344/2001, referente à Mensagem Governamental nº 032/2001, que visa autorizar cessão do imóvel ao município de Curitiba, para instalação da FAS - Fundação da Ação Social.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO N ° 3231

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 494/2001, referente à Mensagem Governamental nº 046/2001, que dispõe sobre autorização de desapropriação pela Sanepar de área da Emater ao município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO N ° 3251

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 336/2001, referente à Mensagem Governamental nº 029/2001, que dispõe sobre a instituição da Universidade Estadual do Paraná -

UNESPAR (autarquia) com a integração de diversas faculdades.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO N ° 3252

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 378/2001, referente à Mensagem Governamental nº 030/2001, que dispõe sobre a transferência do município de Saudade do Iguaçu, da jurisdição da 20ª Região Administrativa, com sede em Laranjeiras do Sul para a da 14ª Região Administrativa, com sede em Pato Branco.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO N ° 3253

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei 410/2001, que visa Remissão dos créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até 31 de julho de 2001, cujos valores, atualizados, sejam iguais ou inferiores a R\$55,00 (cinquenta e cinco reais).

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO N ° 3254

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei 325/2000, que visa aprovar a construção de Usina Termelétrica em Araucária.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO N ° 3255

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene, em 22 de novembro às 17h00 alusiva à data Nacional da Consciência Negra e a celebração dos 306 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 3223

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido no Grande Expediente dos trabalhos dessa Casa, amanhã, 09 de outubro, o agendamento para uma explanação sobre a atual situação das Universidades Estaduais do Paraná.

Este espaço será ocupado pelos professores: Cesar Antonio Caggiano Santos, da Universidade Estadual de Londrina, Luiz Fernandes Reis e o estudante Marcelo Junior Santos.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

## REQUERIMENTO Nº 3216

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ferdinando Felicce Pagot, bem como seja remetido mensagem de condolência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) TIAGO AMORIN NOVAES

## JUSTIFICATIVA:

A sociedade de São Miguel do Iguaçu perdeu no último dia 28 de setembro um dos seus mais ilustres membros, o Sr. Ferdinando Felicce Pagot, ex-vereador e ex-prefeito na década de 70, daquela cidade, ocasião em que se destacou como um dos grandes líderes da região, sendo fundador da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, da Associação Comercial e do Rotary Club do município, e tendo contribuído significativamente para o desenvolvimento econômico e social do Extremo Oeste do Estado, razão pela qual formulamos esta última e justa homenagem.

## REQUERIMENTO Nº 3219

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor Maurício Santiago, falecido no dia 03 de outubro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 3220

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do vereador José Nunes de Oliveira, ocorrido no dia 02 de outubro/2001, em Agudos do Sul.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em Agudos do Sul, no último 02, o vereador José Nunes de Oliveira, que deixou viúva dona Maria Benedita de Oliveira. Deixou ainda 09 filhos, 18 netos e 04 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este parlamentar.

José Nunes era pessoa bastante relacionada e estimada na região de Agudos do Sul.

O destino privou seus familiares do seu convívio; entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo José Nunes de Oliveira.

Amigo é o dom mais precioso que Deus nos presenteou. E agora, mais do que nunca, o sinto.

Descanse em paz, amigo José, na certeza de que tiveste, em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo debruçada em lágrimas, dizendo que poderá repousar com tranquilidade, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 3228

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados em Ata dos Trabalhos desta casa, votos de congratulações ao Dr. Luiz Zarpelon, DD Juiz de Direito, por sua ascensão ao cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, no dia 05.10.2001.

Requer ainda, seja enviada cópia deste requerimento ao homenageado, a/c do Tribunal de Alçada, Palácio da Justiça, 8º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

O Dr. Luiz Zarpelon, nasceu em Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul, filho de José Zarpelon e Maria Lúcia Trevisan Zarpelon.

Bracharelando-se em Direito e tendo sido aprovado em concurso para a Magistratura, desempenhou suas funções em várias comarcas do interior do Paraná, entre as quais, Capanema e Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná.

O ilustre magistrado servia ainda na 5ª Vara Criminal e na 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, sendo agora, meritoriamente, elevado à condição de Juiz de Alçada, coroando seus relevantes serviços prestados à Magistratura paranaense.

É público e notório, todas as pessoas que conhecem o Dr. Zarpelon e que com ele privam o convívio, que o mesmo sempre manteve uma postura ética e irrepreensível, primado pela esmerada aplicação dos ditames legais, nunca cedendo a pressões de qualquer natureza.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares, nesta homenagem que queremos prestar a essa ilustre figura do Judiciário paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 3238

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Medicalway Equipamentos Médicos Ltda., fundada em 06 de dezembro de 1998, sendo os sócios, o Sr. Antonio Carlos Muller Mello e a Sra. Vanessa Taques Correia Mello.

Trata-se de empresa que já nasceu com enorme experiência no ramo, herdada do pai e adquirida com a experiência no mercado desde 1991, quando alçou vôo próprio na empresa Mellowitt Empreendimentos Médicos.

Dando continuidade ao seu trabalho sério, inúmeras inovações tecnológicas estão sendo aplicadas na Medicalway Equipamentos Médicos Ltda., contribuindo sobremaneira para que essa empresa aprimore o atendimento aos seus clientes, na comercialização de equipamentos médicos e hospitalares, proporcionando também suporte técnico para hospitais e clínicas.

Representante de companhia americana e atuando na área de importação para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, vem constantemente se adequando à modernidade do ramo e proporcionando aos seus clientes qualidade nos produtos comercializados, no atendimento e nos serviços prestados.

A tradição, aliada aos conceitos de modernidade, tem contribuído para o sucesso dessa nova empresa, que, apesar de seus somente três anos de atividades, já conquistou credibilidade e liderança de mercado na sua área de atuação. Empresas como esta, que contribuem para o desenvolvimento de nosso Estado e prestam relevantes serviços para a comunidade em geral, devem ser enaltecidas e homenageadas, motivo pelo qual originou-se esta manifestação de júbilo.

Aos sócios, funcionários e prestadores de serviços da empresa Medicalway Equipamentos Médicos Ltda., estendemos os melhores cumprimentos desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento de toda a comunidade paranaense, augurando-lhes muito sucesso e realizações.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3239

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A ACIAP - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, empossou na semana anterior sua nova diretoria, para a gestão 2001/2003, que ficou assim composta:

**Presidente:**

Adriano Gustavo Vidal

**1º Vice-Presidente:**

Yahia Hamud

**Vice-Presidente Financeiro:**

Antonio José Temporão

**Vice-Presidente Administrativo:**

Milton João Machiavelli

**Vices-Presidentes Setoriais:**

Pres. Câmara do Comércio:

Kalil Cordeiro Hamud

Pres. Câmara Set. da Indústria:

Euclides Luz Kerkhoff

Pres. Câmara Set. Agricultura e Meio Ambiente:

Ricardo Brisot Borges

Pres. Câmara Set. de Serviços:

José Francisco Linhares

Pres. Câmara Set. Assuntos Comunitários:

Alceu Alves

Pres. Câmara Set. Assuntos Portuários:

Edgard Wehmuth Ragonha

Pres. Câmara Set. Assuntos Sindicais:

Eli Nilson da Silva Souza

Pres. Câmara Set. Concessionárias de Serv. Públicos:

Dante Luiz Luvisotto

Pres. Câmara Set. Conciliação de Assuntos Jurídicos:

José Maria V. Barreiro

Pres. Câmara Set. de Containers:

Mauro Fontoura Marder

Pres. Câmara Set. de Engenharia e Imobiliárias:

Sérgio Luiz Ribeiro Martins

Pres. Câmara Set. de Ensino:

Jaqueline Guimbala Berberi

Pres. Câmara Set. de Fertilizantes:

José Silvio Gori

Pres. Câmara Set. de Hotéis, Restaurantes e Similares:

Joaquim Tramujas Filho

Pres. Câmara Set. de Importação e Exportação:

João Gilberto C. Freire

Pres. Câmara Set. Instituições Financeiras:

Carlos José da Silva

Pres. Câmara Set. Jovem Empresário:

Wanderley Riera Gabriel  
 Pres. Câm. Set. de Navegação:  
 Roberto Hinniger de Barros  
 Pres. Câm. Set. Postos de Serviços e Abastecimento:  
 Sidney José Mahle  
 Pres. Câm. Set. de Relações com a Imprensa:  
 Antonio Carlos A. Corrêa  
 Pres. Câm. Set. de Relações Internacionais:  
 Hércio de Andrade Torres Filho  
 Pres. Câm. Set. de Relações Internacionais:  
 Hércio de Andrade Torres Filho  
 Pres. Câm. Set. Serviços Aduaneiros:  
 Hermógenes Alves de Oliveira  
 Pres. Câm. Set. de Terminais:  
 José Roberto Almeida Corrêa  
 Pres. Câm. Set. de Turismo:  
 Ivan de Medeiros Petry Maciel  
 Pres. Câm. Set. de Proteção ao Crédito:  
 Fábio dos Santos  
 Pres. da Central de Cobranças:  
 Nasser Hammoud  
 Pres. do Conselho da Mulher Executiva:  
 Silvana Leal  
 1º Secretário:  
 Rogério Andrade Tavares  
 2º Secretário:  
 Jarbas Furquim de Campos Filho  
 1º Tesoureiro:  
 Arquimedes Anastácio  
 2º Tesoureiro:  
 Orsival Francisco  
 Diretora de Relações Públicas:  
 Regina Lúcia Matos da Silva Corrêa  
 Diretor de Patrimônio:  
 Ivan Batcke Lapolli  
**Conselho Consultivo**  
 Conselheiros Eleitos:  
 Eduardo Rubens de Andrade  
 Mauro João Salles de Albuquerque Maranhão  
 José Carlos Possas  
**Conselho Fiscal**  
 Conselheiros Titulares:  
 João Jacob Berberi Filho  
 José Manoel Chaves  
 Waldemir do Vale  
**Conselho Fiscal**  
 Conselheiros Suplentes:  
 Mário Mikoz  
 James Abdala Domit  
 Luiz Henrique Roos

A toda a nova diretoria empossada, com desejos de muito sucesso na nova caminhada, receba a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá (Rua Rodrigues Alves, 621 - 83203-420 - Paranaguá / PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 3240

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Odontologia - ABO pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio".

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi realizado em Curitiba o evento "O Idoso no novo Milênio" entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001. O evento foi composto pelo VI Encontro da Terceira Idade, III Jogos para Integração do Idoso e I Feira do Envelhecimento Saudável.

O evento, que contou com o apoio de diversas entidades, foi totalmente voltado à política do idoso, e tratou de diversos assuntos voltados a esta área, além da Feira do Envelhecimento Saudável, montada na Praça Osório, com diversas barracas representadas pelas instituições que compuseram o evento.

O evento, com certeza, foi da maior importância, já que tratou de um tema que está sendo discutido no mundo todo e especialmente no Brasil, já que nosso País está envelhecendo e não nos preparamos para enfrentar esta situação.

À Associação Brasileira de Odontologia - ABO (através de seu diretor Roberto da Veiga Cavali - Rua Dias da Rocha Filho, 625 - Alto da XV - 80040-050 - CTBA/PR), pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 3241

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio".

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi realizado em Curitiba o evento "O Idoso no novo Milênio" entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001. O evento foi composto pelo VI Encontro da Terceira Idade, III Jogos para Integração do Idoso e I Feira do Envelhecimento Saudável.

O evento, que contou com o apoio de diversas entidades, foi totalmente voltado à política do idoso, e tratou de diversos assuntos voltados a esta área, além da Feira do Envelhecimento Saudável, montada na Praça Osório, com diversas barracas representadas pelas instituições que compuseram o evento.

O evento, com certeza, foi da maior importância, já que tratou de um tema que está sendo discutido no mundo todo e especialmente no Brasil, já que nosso País



está envelhecendo e não nos preparamos para enfrentar esta situação.

À Universidade Tuiuti do Paraná - UTP (através de seu reitor Prof. Sidney Lima Santos - Rua Sidnei Antonio Rangel dos Santos, 238 - Santo Inácio - 82010-310 - CTBA/PR), pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 3242

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro Auditivo Teleson pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio".

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Foi realizado em Curitiba o evento "O Idoso no novo Milênio" entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001. O evento foi composto pelo VI Encontro da Terceira Idade, III Jogos para Integração do Idoso e I Feira do Envelhecimento Saudável.

O evento, que contou com o apoio de diversas entidades, foi totalmente voltado à política do idoso, e tratou de diversos assuntos voltados a esta área, além da Feira do Envelhecimento Saudável, montada na Praça Osório, com diversas barracas representadas pelas instituições que compuseram o evento.

O evento, com certeza, foi da maior importância, já que tratou de um tema que está sendo discutido no mundo todo e especialmente no Brasil, já que nosso País está envelhecendo e não nos preparamos para enfrentar esta situação.

Ao Centro Auditivo Teleson (através do seu diretor Sr. Ronei Pecchi - Rua Mal. Deodoro, 252 - 11º andar - sala 1103 - 80010-010 - CTBA/PR), pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 3243

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à PUC/PR - Programa de Estudos da Terceira Idade, pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio".

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Foi realizado em Curitiba o evento "O Idoso no novo Milênio" entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001. O evento foi composto pelo VI Encontro da Terceira Idade, III Jogos para Integração do Idoso e I Feira do Envelhecimento Saudável.

O evento, que contou com o apoio de diversas entidades, foi totalmente voltado à política do idoso, e tratou de diversos assuntos voltados a esta área, além da feira do Envelhecimento Saudável, montada na Praça Osório, com diversas barracas representadas pelas instituições que compuseram o evento.

O evento, com certeza, foi da maior importância, já que tratou de um tema que está sendo discutido no mundo todo e especialmente no Brasil, já que nosso País está envelhecendo e não nos preparamos para enfrentar esta situação.

À PUC/PR - Programas de Estudos da Terceira Idade, (através do Reitor Ivo Clemente Juliatto - R. Imaculada Conceição, 1155 - Prado Velho - 80215-901 - Curitiba/PR), pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 3244

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Fundação de Apoio e Valorização do Idoso, pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio".

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Foi realizado em Curitiba o evento "O Idoso no novo Milênio" entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001. O evento foi composto pelo VI Encontro da Terceira Idade, III Jogos para Integração do Idoso e I Feira do Envelhecimento Saudável.

O evento, que contou com o apoio de diversas entidades, foi totalmente voltado à política do idoso, e tratou de diversos assuntos voltados a esta área, além da Feira do Envelhecimento Saudável, montada na Praça Osório, com diversas barracas representadas pelas instituições que compuseram o evento.

O evento, com certeza, foi da maior importância, já que tratou de um tema que está sendo discutido no mundo todo e especialmente no Brasil, já que nosso País está envelhecendo e não nos preparamos para enfrentar esta situação.

À Fundação de Apoio e Valorização do Idoso - FAVI (através do presidente Dr. Maurilio José Pinto - Rua Prof. Artur Loyola, 242 - Cabral - 80035-100 - Curitiba/PR), pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 3245

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

SESC/PR, pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio".

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

Foi realizado em Curitiba o evento "O Idoso no novo Milênio" entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001. O evento foi composto pelo VI Encontro da Terceira Idade, III Jogos para Integração do Idoso e I Feira do Envelhecimento Saudável.

O evento, que contou com o apoio de diversas entidades, foi totalmente voltado à política do idoso, e tratou de diversos assuntos voltados a esta área, além da Feira do Envelhecimento Saudável, montada na Praça Osório, com diversas barracas representadas pelas instituições que compuseram o evento.

O evento, com certeza, foi da maior importância, já que tratou de um tema que está sendo discutido no mundo todo e especialmente no Brasil, já que nosso País está envelhecendo e não nos preparamos para enfrentar esta situação.

Ao SESC/PR, (através do presidente Glanoni Vistuba - Av. Visconde do Rio Branco, 969 - Centro - 80410-001 - Curitiba/PR), pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 3246**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à SENAC/PR - Programa de Maturidade e Qualidade de Vida, pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio".

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

Foi realizado em Curitiba o evento "O Idoso no novo Milênio" entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001. O evento foi composto pelo VI Encontro da Terceira Idade, III Jogos para Integração do Idoso e I Feira do Envelhecimento Saudável.

O evento, que contou com o apoio de diversas entidades, foi totalmente voltado à política do idoso, e tratou de diversos assuntos voltados a esta área, além da Feira do Envelhecimento Saudável, montada na Praça Osório, com diversas barracas representadas pelas instituições que compuseram o evento.

O evento, com certeza, foi da maior importância, já que tratou de um tema que está sendo discutido no mundo todo e especialmente no Brasil, já que nosso País está envelhecendo e não nos preparamos para enfrentar esta situação.

Ao SENAC/PR - Programa de Maturidade e Qualidade de Vida, (através do presidente Frederico Wilteimburg - Rua André de Barros, 750 - 80010-080 - Curitiba/PR), pela realização do evento "O Idoso no Novo Milê-

nio", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 3247**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade - ABCMI, pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio".

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

Foi realizado em Curitiba o evento "O Idoso no novo Milênio" entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001. O evento foi composto pelo VI Encontro da Terceira Idade, III Jogos para Integração do Idoso e I Feira do Envelhecimento Saudável.

O evento, que contou com o apoio de diversas entidades, foi totalmente voltado à política do idoso, e tratou de diversos assuntos voltados a esta área, além da Feira do Envelhecimento Saudável, montada na Praça Osório, com diversas barracas representadas pelas instituições que compuseram o evento.

O evento, com certeza, foi da maior importância, já que tratou de um tema que está sendo discutido no mundo todo e especialmente no Brasil, já que nosso País está envelhecendo e não nos preparamos para enfrentar esta situação.

À Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade - ABCMI, (através da sua presidente Annizia Jacomet Fanini), pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 3248**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná, pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio".

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

Foi realizado em Curitiba, o evento "O Idoso no Novo Milênio" entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001. O evento foi composto pelo VI Encontro da Terceira Idade, III Jogos para Integração do Idoso e I Feira do Envelhecimento Saudável.

O evento, que contou com o apoio de diversas entidades, foi totalmente voltado à política do idoso, e tratou de diversos assuntos voltados a esta área, além da Feira do Envelhecimento Saudável, montada na Praça Osório, com diversas barracas representadas pelas instituições que compuseram o evento.



O evento, com certeza, foi da maior importância, já que tratou de um tema que está sendo discutido no mundo todo e especialmente no Brasil, já que nosso País está envelhecendo e não nos preparamos para enfrentar esta situação.

Ao Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (através de seu presidente Dr. Nelson Guerchon - Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - Rua Mal. Hermes, 751 - Curitiba-PR.) pela realização do evento "O Idoso no Novo Milênio", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 3249

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Corpo de Bombeiros do Paraná, pela comemoração de seus 89 anos.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

#### O Corpo de Bombeiros no Paraná

Iniciou-se na cidade de Curitiba, no ano de 1882, com uma sociedade de bombeiros voluntários. Era a Sociedade Teuto-brasileira de Bombeiros Voluntários e visava satisfazer a necessidade de contemplar a comunidade com um serviço contra incêndios, de caráter supletivo ao Governo do estado e Município, os quais, em virtude de escassos recursos financeiros, tinham dificuldade para organizarem departamento contra o fogo.

Passados vinte e quatro anos, no ano de 1912, o então presidente da Província do Paraná, Rd Carlos Cavalcanti, apresentou ao Congresso Legislativo do Paraná, um pedido de crédito necessário à criação de um Corpo de Bombeiros na Capital. Organizou-se, assim, pela sanção da Lei nº 1.133, de 23 de maio de 1912, a tão esperada organização, que tinha equiparados os postos dos seus componentes, na plenitude de direitos, honras, prerrogativas e vantagens, aos equivalentes do Regimento de Segurança que é a atual Polícia Militar do Paraná.

Dia 08 de outubro de 1912 marcou o início das atividades do Corpo de Bombeiros do Paraná, pela leitura da ordem do dia baixada pelo Major Fabriciano do Rego Barros, primeiro comandante da Corporação.

A constituição inicial tinha caráter rigorosamente militar e a imprescindível autonomia completa. Possuía um Estado-Maior, duas Companhias e dois Estado-Menor.

No ano de 1917 foi incorporado à Força Militar como Companhia de Bombeiros (Lei nº 1.761 - 17/03/1971).

Em 1928 voltou a ser independente, com a constituição de Corpo, por intermédio da Lei nº 2.517, de 30/03/1928, passando a ter Estado Maior, Estado-Menor e duas companhias.

Em 1931 passou novamente a fazer parte da Força Militar como batalhão Sapadores-bombeiros, para fins militares, tendo porém sua parte administrativa e técnica desvinculada e independente do Comando Geral.

No ano de 1932, o dDue a Corporação de Bombeiros passava a ser chamada Corpo de Bombeiros e tinha caráter independente da Força Militar, embora podendo ser empregada em serviços de guerra.

Em 1934, por intermédio do Decreto nº 86, de 18 de janeiro, o Governo sujeitou os integrantes do Corpo de Bombeiros à Justiça Militar da Força e reduziu-o a uma companhia, vedando as transferências entre uma Corporação e outra.

#### O Socorrismo no Paraná

O SIATE - Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência, foi criado através de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), Instituto de Saúde do Estado do Paraná (ISEP) e a Prefeitura Municipal de Curitiba, através de Termo de Corporação Técnica, sendo o primeiro sistema do gênero implantado no Brasil, servindo como referência para os demais Estados da Federação.

O SIATE - Curitiba, utiliza em sua estrutura de operacionalização uma Central de Operações no Corpo de Bombeiros COBOM, que dá suporte ao sistema na área de comunicações (rádio, telefone, fax, etc...), através do telefone de emergência 193.

Todas as solicitações da comunidade, no que tange ao trabalho de bombeiros (incêndios, salvamentos, proteção ao exposto, acidentes de trânsito, quedas, ferimentos por arma branca e de fogo, agressões, queimaduras, desabamentos e outros) centralizam-se na Central de Operações. (COBOM) - Fone: 193.

Em caso de acidente com vítima, disque 193. Você será atendido por uma equipe especializada, que está a sua disposição 24 horas por dia, no Corpo de Bombeiros. Ao ser atendido, você será solicitado a prestar várias informações. Tenha calma e responda a todas as perguntas com clareza, pois a equipe de socorro já estará se deslocando e suas informações são muito importantes para que o médico tome a decisão adequada.

Em 1995 deu-se início ao processo de interiorização do Atendimento Pré-hospitalar, sendo que atualmente o serviço está implantado nos seguintes municípios: Ponta Grossa, Londrina, Cascavel, Maringá, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Guaraçuva e Guaratuba.

Pela comemoração de seus 89 gloriosos anos, receba o Corpo de Bombeiros do Paraná, através de seu Comandante Geral (Rua Nunes Machado, 130 - Centro - Curitiba-PR.) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 3224

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Ple-

nário, votos de louvor aos doutores Fauzem Salmen, Valéria Padovani de Souza e João Ricardo Képpes Noronha, respectivamente presidentes e vice-presidente da Associação e Sindicato dos delegados do Estado do Paraná em face da vitória obtida nas eleições realizadas no dia 06 de outubro de 2.001, para os nominados cargos das referidas entidades representativas da classe.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 3217

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. José Tavares da Silva Neto, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a reativação do Módulo Policial na Rua Jacob Macanham, esquina com Rua Isaac Vitor Pereira, ao lado do Colégio Estadual Tenente Sprenger, no bairro Jardim Atuba em Pinhais, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento da violência e atos de vandalismo no bairro Jardim e Conjunto Atuba, Conjunto Águila, Jardim Cláudia, Vila Tebas, Vila Perdizes e Moradias Bonilauri em Pinhais, nas proximidades do módulo policial a ser reativado, vem preocupando e apavorando os moradores, comerciantes, trabalhadores e transeuntes dessa populosa região do referido e importante município da região metropolitana da Capital, face os constantes roubos e assaltos a residências, estabelecimentos comerciais e mesmo a transeuntes que circulam nas vias públicas dos mencionados bairros, além de toda espécie de violência que são impunemente praticadas pelos marginais.

A falta de policiamento ostensivo e preventivo, facilita a ação de vândalos e marginais, que colocam com seus atos criminosos, em polvorosa população honesta, digna e trabalhadora daquela região metropolitana.

Ao lado do referido módulo, está localizado o Colégio Estadual Tenente Sprenger, com turnos pela manhã, tarde e noite, e o risco dos alunos, professores e demais funcionários daquele estabelecimento de ensino, é muito grande face o alto grau de violência que impera nas imediações, ante a inexistência de policiamento próximo e presente, para coibir as ações criminosas e de vandalismo que são praticados.

A reativação do citado módulo policial no Jardim Atuba em Pinhais, é medida urgente e imperativa, pois o clamor popular e a indignação dos comerciantes e moradores da região, dos professores, alunos e demais funcionários dos estabelecimentos de ensino localizados nas proximidades, em razão do grande número de assaltos e roubos que estão ocorrendo na área, preocupam todo o cidadão decente, digno e trabalhador, pois muitas vezes

seus esforços, a integridade física de seus familiares e sua própria vida, são colocados em risco pela ação impune de vândalos e marginais.

#### REQUERIMENTO Nº 3218

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, solicitando que o governo dê novos incentivos para os produtores de leite da região noroeste e demais regiões do Estado isentando-os de impostos e proporcionando-lhes incentivos para que possam melhorar o preço do leite in-natura.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O leite in-natura está custando o valor de 0,15 (quinze centavos) o litro, não pagando o custo e deixando os produtores sem nenhum incentivo para continuar investindo na pecuária leiteira.

#### REQUERIMENTO Nº 3226

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, o envio de expediente à senhora Fani Lerner, secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a construção de uma creche nas proximidades do Parque Tarumã e Parque Caiuá, no município de Umuarama.

A proposta fundamenta-se em expediente recebido da Câmara Municipal de Umuarama, subscrito pelos vereadores Eduardo Mello, Lucilenio Alvares Palomo e José Cícero da Silva Laurentino, que justificam a construção da obra pelo grande número de crianças de zero a seis anos residentes nos mencionados bairros, cujas mães normalmente trabalham para auxiliar na renda familiar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado aos respectivos vereadores na Câmara Municipal de Umuarama - Av. Maringá, 87502-080 - Umuarama-PR.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 3234

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Administração, solicitando as informações abaixo especificadas, referentes à desconto de empréstimo em folha de pagamento de funcionário público:

01 - Quais os Bancos ou Instituições Financeiras às quais são permitidas cobrar empréstimos contratados com funcionários públicos estaduais em folha de pagamento, onde estão consignados os seus vencimentos ou salários?

02 - Quais os critérios utilizados pela Secretaria de Administração para selecionar os Bancos ou Instituições Financeiras que podem operar nesta modalidade de empréstimo com garantia de salários ou vencimentos?

03 - A Secretaria de Administração para a concessão deste privilégio, estabelece alguma exigência à banca financeira que redunde ou implique em alguma vantagem ao servidor? Por exemplo, taxas de juros menores, tendo em vista que tais operações garantem aos emprestadores rigorosa pontualidade e adimplência de seus créditos?

04 - Quantos funcionários ou servidores públicos do Estado do Paraná, mantêm contratos desta natureza com desconto em folha?

05 - Em quanto importou o volume financeiro destas operações em sua totalidade?

06 - estas operações estão cobertas por seguro?

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que em quase sete anos, a rigor, o funcionalismo público estadual não teve aumento salarial - apesar da arrecadação fiscal de ter tido um aumento, sobretudo de ICMS (conforme noticiam os jornais de circulação estadual), os servidores paranaenses estão em estado de vergonhosa penúria.

Em situação afiliva, muitas vezes não dispõe de alternativas para cumprimentos de seus compromissos inarredáveis (como aluguel, água, luz, educação, saúde, entre tantos outros igualmente fundamentais) senão através de empréstimos financeiros. Sem cadastro suficiente e muitas vezes sem crédito pessoal em razão de dificuldades ensejadas pelo seu baixo salário, aceitam juros abusivos e aceitam também a penhora de seus salários como garantia de pagamento.

É necessário e urgente que esta Casa de Leis obtenha todas as informações pertinentes à questão, para que de posse delas, esteja habilitada na órbita legislativa e política, a conferir ao funcionalismo sua proteção e apoio, como é seu dever.

#### REQUERIMENTO Nº 3235

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Sônia Guimarães Schafhauser, residente à Rua Antonio Meirelles Sobrinho, 730 - Bairro Cajuru, que solicita reparos no calçamento da rua em que reside, em frente ao nº 686, local onde situa-se o Supermercado Festival.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 267-6228.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3236

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola Estadual Senhorinha de Moraes Sarmiento, sito no bairro Centenário, que solicitam policiamento ostensivo nas proximidades desse estabelecimento de ensino. Os alunos principalmente do período da tarde, são assaltados com frequência, agredidos e seus pertences roubados por "gângues" que ficam nas proximidades da escola. Muitas brigas ocorrem no local e a presença da polícia, com certeza, inibirá a ação das "gângues" e proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3237

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, sito no bairro Pilarzinho, que solicitam policiamento ostensivo nas proximidades desse estabelecimento de ensino. Os alunos de período noturno são assaltados com frequência, tendo os seus pertences, como bicicletas, calçados e dinheiro roubados. Até caso de estupro já ocorreu e muitos alunos estão desistindo de estudar por falta de segurança.

Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 500/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Moreira Sales, com sede em Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Moreira Sales, entidade sem fins lucrativos, fundada em 09 de dezembro de 1998, tem realizado maravilhoso

trabalho de atendimento aos excepcionais de toda a região de Moreira Sales.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 501/2001**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação e Clube de Mães Maria de Nazaré, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação e Clube Mães Maria de Nazaré, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, que tem realizado excelente trabalho de atendimento à comunidade local, promovendo e contribuindo com o desenvolvimento humano, cultural, cívico, social, econômico e do bem-estar da população atendida. Defendendo, também, os interesses da comunidade, reivindicando junto aos órgãos públicos, as melhorias julgadas necessárias a exercer as atividades da entidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 502/2001**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Pato Branco imóveis situados neste município, à quadra nº 76 - lote nº 09 com 1.029,90m<sup>2</sup> de área), e lote nº 10 com (935,03 m<sup>2</sup> de área) registrados respectivamente sob nºs 13.648 e 13.649, no 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis de Pato Branco.

Art. 2º - O imóvel referido no artigo 1º desta lei, será utilizado exclusivamente para a instalação de órgãos públicos municipais ligados à área educacional, capacitação profissional e de assistência social, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

Tal propositura pretende possibilitar a instalação de órgãos ligados à área de educação, capacitação profissional e de assistência social, visando uma maior oferta de áreas de lazer e prática de esportes, trazendo benefícios e possibilitando uma maior integração da comunidade.

**PROJETO DE LEI Nº 503/2001**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Moradores da Seção São João, localizado no município de Jataizinho - Paraná, uma área de terras medindo 14.786,00 metros quadrados, constituída por parte do lote sob o nº 792, devidamente matriculado, sob o número 3091 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jataizinho.

Parágrafo Único - O referido imóvel destina-se à instalação da sede social da Associação dos Moradores da Seção São João, localizado no município de Jataizinho - Paraná. A referida Associação não poderá dar outra destinação, sob pena de esta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando ainda, gravada a doação com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa a doação do imóvel especificado para a Associação dos Moradores da Seção São João, localizada no município de Jataizinho-PR.

O referido bem destina-se à construção da sede social e de uma área de lazer destinada à população do município.

A doação do imóvel irá contribuir para melhorar a estrutura da associação, possibilitando lazer e entretenimento aos habitantes de Jataizinho, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 504/2001**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria da Saúde, firmar convênio com o muni-

cípio de Matinhos, com o objetivo de destinar recursos ao Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, para fazer às despesas suplementares previstas para o período de alta temporada de férias do nosso litoral.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

A apresentação da presente proposição deve-se ao fato que o município de Matinhos recebe, durante os meses da alta temporada de férias, turista do Brasil inteiro e de vários outros países, o que proporciona enormes despesas para o município, pois a Prefeitura Municipal de Matinhos é obrigada a atender uma população extra de mais de 3.000%!

Na área de saúde esse excesso populacional reflete de forma mais grave, sendo esse o motivo da apresentação da presente proposição, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o município de Matinhos para destinar recursos ao Hospital Nossa Senhora dos Navegantes.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Neivo Beraldin.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela ordem, senhor presidente!

(**Assentimento**)

Me inscrevo no Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Ocupo a tribuna para fazer o relato de um trabalho que a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa realizou hoje pela manhã, com a presença dos deputados Algaci Tulio, Ademir Bier e a deputada Luciana Rafagnin. Discutimos a questão da Consórcio de Lixo que está sendo organizado em Curitiba e Região Metropolitana.

Com a presença de vereadores de vários município na reunião, nós, por deliberação da Comissão e também por indicação do deputado Algaci Tulio, decidimos realizar um Seminário no dia dezesseis de outubro, para discutir melhor esse assunto do consórcio, visto que será feita uma concessão por vinte e cinco anos, para esta ou aquela empresa coletar o lixo da Região Metropolitana.

Agora precisamos saber para onde é que vai esse lixo, qual será o destino final; saber se teremos só uma nova Caximba ou teremos duas novas Caximbas em Curitiba e região Metropolitana, e saber, o preço do lixo.

Além do que, nesse final de semana, nós tivemos vários embates políticos, se observou a mudança partidária

de vários parlamentares, várias reuniões ganharam destaque em Curitiba e região metropolitana, reuniões abertas e reuniões secretas, que acabamos ficando sabendo de uma delas que enseja, com certeza, num futuro próximo, a participação mais perto do Ministério Público. Altos funcionários do Governo Federal, conselheiros do Tribunal de Contas reunidos, planejando de que forma vão ter influência nas coligações no campo da majoritária, como no campo proporcional. Um método que, evidentemente, se evidenciado e se confirmado, vai se transformar, sem sombra de dúvida, em um grande escândalo no Estado do Paraná.

O Estado do Paraná que ultimamente tem sido notícia nacional, notícias que não agradam, evidentemente, aos paranaenses, poderá assistir um outro triste espetáculo, que é o espetáculo da organização de pessoas que detêm o poder econômico, organização de pessoa que não têm escrúpulos para fazer política, que usam um método, não o verbo, mas o método da verba. Se evidenciarmos isso e se ficar comprovado que temos participação de gente do poder, tanto do Governo Federal, como aqueles que fazem a fachada de política, mas que nada mais são que aquelas que fazem aquelas reuniões para tirar posicionamento de acordos de pessoas que não têm vocação à política, mas que têm a certeza que o conchavo de pessoas com o poder econômico ou usando o Palácio Iguaçu, ou o Palácio Alvorada, acreditando que no futuro poderão interferir numa possível coligação, desse ou daquele partido, usando aquilo...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo, conforme solicitação de V. Exa., o Horário do Grande Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Pretendo encerrar logo, presidente Hermas Brandão.

Agora, é preciso chamar a atenção dos senhores deputados. Infelizmente, o Estado do Paraná tem tido um comportamento político diferente dos anos anteriores. E nós estamos apenas alertando: não queremos conselheiro do Tribunal de Contas envolvido em política. Não queremos porque eles não têm essa função. Não queremos conselheiros participando de audiência, de reuniões políticas nem no Palácio Iguaçu, e sim dentro do Tribunal de Contas. E o tempo se encarrega de tudo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Nereu Moura, Pequeno Expediente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, antes que o deputado Nereu Moura faça uso da palavra, na sexta-feira eu fiquei sabendo através da imprensa que um projeto que tramita na Assembléia Legislativa, um projeto de decreto legisla-

tivo, que foi objeto de uma ampla discussão na Assembleia durante duas semanas, teve uma decisão de um desembargador solicitando, deferindo pelo impedimento da tramitação regular do projeto. Esse projeto foi aprovado em regime de urgência por unanimidade dos senhores deputados na última semana.

Gostaria de saber da Presidência, em que pese considerar que é indevida a manifestação do Poder Judiciário, quais os procedimentos que serão adotados no sentido de garantir a autonomia e a independência do Poder Legislativo frente a essa decisão do Poder Judiciário?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Respondendo à questão de ordem de V. Exa., nós recebemos na quinta-feira, dia 04, no final da tarde, e já solicitamos à Procuradoria da Casa que agilize as medidas jurídicas que temos que tomar tentando derrubar esse mandato de segurança que foi concedido pelo Tribunal de Justiça.

A Mesa Diretora da Casa já está tomando as providências para questionar, questionar não, solicitar que o Tribunal revogue a decisão.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Porque como o projeto é assinado por mim e por outros deputados, o esclarecimento que eu trago é o seguinte: compete à Mesa Executiva defender a tramitação, porque se trata apenas de tramitação do projeto, se precisar, mesmo que o projeto seja aprovado, se precisar argüir a inconstitucionalidade do projeto aprovado, o Governo poderá argüir, qualquer cidadão poderá argüir, mas o Tribunal, solicitado pelo Governo do Estado, pelo governador Jaime Lerner, decide não permitir a tramitação do projeto.

Então, quanto a isso, eu gostaria de saber o seguinte: compete a mim, deputado estadual, ou aos deputados a contratação de advogado para tentar sustar esta decisão do desembargador ou à Mesa Executiva, ao Poder Legislativo?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Cabe à Mesa Executiva. Foi um ato contra o Presidente da Casa.

Então, cabe à Mesa Executiva tomar as providências jurídicas que requer o caso.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o deputado Vanhoni fez uma questão de ordem com relação à tramitação do projeto de decreto legislativo que possibilita a consulta popular, de plebiscito, a respeito da venda da Copel.

V. Exa. em resposta à sua questão de ordem, diz que está buscando derrubar o mandato?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não, não foi em relação à Copel, nobre deputado.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**  
Não? O que foi?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**  
Professores. É o decreto...

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**  
Professor? É o 4313?

**(Afirmativa do senhor presidente Hermas Brandão)**  
É que eu peguei pela metade e por isso queria saber.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**  
É o Decreto Legislativo 07/2001.

No Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhores deputados. O governador Jaime Lerner na semana passada cometeu mais um atentado contra os cofres públicos do Estado do Paraná. Num ato leviano e irresponsável o governador concedeu a oito empresas o direito de não pagar ICMS por mais quatro anos.

É, senhor presidente, uma atitude infeliz, injusta, que causará um prejuízo de elevada monta às finanças públicas do Estado do Paraná. Aliás, o governador Jaime Lerner, com esta atitude leviana, está atentando não só contra os interesses do povo do Paraná mas também contra o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não se pode abrir mão de receitas, inclusive receitas das quais o governador não será o gestor, porque se Deus quiser, e Deus quer, a partir do ano de 2003 nos veremos livre desta figura que infelizmente tem causado tanto aborrecimento ao povo do Paraná.

A partir de 2003 não será mais ele que estará conduzindo o nosso Estado, e por isso mesmo, ele não tem a capacidade, não tem a legitimidade para prorrogar o ICMS dessas empresas, senhor presidente, para as quais ele dilatou o prazo por mais 4 anos, dando um verdadeiro presente a empresas multinacionais que não agregaram absolutamente nada ao Estado do Paraná. As montadoras, foram verdadeiras montadoras de ilusões porque não acrescentaram absolutamente nada ao nosso Estado, em nenhum índice. É tudo conversa fiada deste governo as afirmações dando conta de que o Paraná teve acréscimo na arrecadação do ICMS. Se nós dolarizarmos o ICMS de dezembro de 94 para com o ICMS arrecadado no ano de 2000 iremos observar que não houve acréscimo algum, a não ser cabeça fantasiosa de pessoas que hoje infelicitam o povo do Paraná, porque todas essas empresas que aqui vieram, vieram com incentivo de não pagar ICMS, com incentivos outros que estão escondidos na gaveta, chaveada com sete chaves, para que o povo do Paraná conhecimento não tenha destes atos lesivos ao nosso patrimônio e ao nosso povo.

Ninguém conhece, neste Estado, os contratos feitos pelo governador Jaime Lerner, que possibilitaram a



instalação da Chrysler, da Audi-Volkswagen, da Renault, aqui, no Estado. Esses contratos são tratados como se fossem segredo de Estado, mais segredo do que a operação americana, para capturar o Bin Laden, lá, no Afeganistão. O Paraná não conhece esses acordos, senhor presidente.

O governador Jaime Lerner, em um ato de pouca vergonha, de lesa-pátria, concedeu a essas empresas, que estão explorando o nosso Estado, mais quatro anos, sem pagar imposto e o ICMS! Enquanto isso, o empresário do Paraná tem lá na porta do botequim, da mercearia, da padaria, da borracharia, os fiscais tentando tirar a última gota de sangue deles. É essa política, senhor presidente, de dar para os poderosos e tirar dos menos protegidos pela sorte. É essa política insana, covarde e irresponsável de um governo, que está divorciado do povo do nosso Estado.

Segundo o Dieese, o Paraná deixará de recolher setenta milhões por mês, com essa atitude desproposita do governador Jaime Lerner. Setenta milhões por mês, senhor presidente, senhores deputados, jornalistas, se multiplicarmos quarenta e oito meses, que é o prazo de dilação por setenta milhões por mês, chegaremos à casa de três bilhões e quinhentos milhões, que é o prejuízo que o governador Jaime Lerner está causando ao Estado do Paraná.

É quase o valor da Copel!

É um verdadeiro escândalo! É um acinte ao povo do nosso Estado!

Por isso, senhor presidente, o jornal O Estado do Paraná e o jornal Folha do Paraná, na sua edição de sábado, na coluna informe, colocou uma frase, dizendo se o deputado Nereu Moura estava contente com o decreto do governador Jaime Lerner ou confundia o decreto com os benefícios, que ele iria causar às empresas do Paraná. É lógico que não estou contente, porque nenhum paranaense decente, poderia estar, com um ato que causa um prejuízo de três bilhões e quinhentos milhões aos cofres públicos do Estado do Paraná! Um ato de um governo irresponsável, que não tem projeto plano e decência no trato da coisa pública!

Por isso, senhor presidente, aventamos a possibilidade de estender a todas as empresas do Paraná o mesmo benefício que o governador concedeu a essas multinacionais, a essas pessoas que vieram ao nosso Estado apenas e tão somente, porque receberam tudo de graça.

O que é que a Renault recebeu do governo do Paraná?

O que é que a Chrysler recebeu para se instalar em Campo Largo? Não foram só os 100 milhões que o Governador em versos e prosas cantou no Palácio Iguaçu, lançando o programa de recuperação de estradas. Olha, agora vamos ter dinheiro para recuperar as estradas do Paraná! Que cretinice, que canalhice. E o dinheiro que foi dado para a Chrysler para instalar as suas instalações físicas? E o dinheiro que foi dado para a Chrysler para comprar o terreno em Campo Largo? E os incentivos do

IPTU, de INSS que foram dados para a Chrysler? O povo do Paraná paga, porque é sempre assim, acaba estourando nas costas do povo que não tem saúde, que não tem remédios, que paga pedágios nas rodovias, que não tem mais esperança, que não tem calcário, que tem saudades de governos sérios e honrados, o povo paga o desleixo e a incompetência e a imoralidade deste governo Jaime Lerner!

Por isso, senhor presidente, nós estamos estudando a possibilidade de entrarmos aqui nesta Casa com uma proposta legislativa concedendo a todos os empresários do Paraná o mesmo direito de também dilatar o recolhimento do ICMS por durante quatro anos, esses paranaenses que são o orgulho do nosso Estado, que construíram com o seu braço, com o seu suor, com o seu sangue o nosso progresso, eles têm que ter o direito, e não meia dúzia de multinacionais que vieram para cá sugando o sangue do povo do nosso Estado que ganharam de mão beijada todos os incentivos para que se instalassem!

Esta é a nossa proposta, a proposta do PMDB. Nós iremos analisar a revogação desta medida de governo porque ela é injusta, e se nós não conseguirmos a revogação, iremos estudar a possibilidade de colocar aqui, na Assembléia um projeto de lei concedendo o mesmo benefício a todos os empresários paranaenses, para que eles possam desfrutar de condições de competitividade, de produção e de geração de empregos e não estes sanguessugas destas multinacionais que não têm responsabilidade e que daqui saem de uma hora para outra, assim como fez a Chrysler, causando um grande prejuízo ao povo do Paraná, dando um verdadeiro golpe no nosso Estado, quando fechou as suas portas na cidade de Campo Largo.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, deputado Neivo Beraldin.

#### (Declina)

Horário das Lideranças: PL, PST, PSL, PDT.  
PT, deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

O Tribunal de Justiça do Paraná, em decisão liminar, deu ganho de causa a um mandado de segurança contra o presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, impetrado pelo governador Jaime Lerner.

Nós analisamos a decisão judicial e ficamos bastante preocupados com o embasamento que essa decisão judicial adotou para cassar o legítimo direito constitucional, legal e, ainda, uma das cláusulas pétreas da democracia, que é a independência dos Poderes e a convivência harmônica.

A Assembléia Legislativa está analisando um decreto legislativo que sustava os efeitos de um decreto do Poder Executivo, com relação às eleições.

Passo a ler uma análise da decisão do desembargador, que nos preocupa sobremaneira.

O desembargador concedeu liminar sem ouvir a outra parte, expedindo a ordem para que o presidente da Assembléia Legislativa se abstenha de colocar em discussão, e, ou, em votação o Projeto de Decreto Legislativo 007. Tentativa que nós já fizemos, nós no Tribunal de Justiça, nós da Oposição por várias vezes, já em leis e decretos já publicados e não conseguimos. Mas, aqui o projeto em tramitação, o Tribunal deu ganho de causa.

(Lê):

**“MANDADO DE SEGURANÇA Nº 114.610-7  
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA”**

Impetrante:

Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná.

Impetrado:

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e outro.

Relator:

Des. Antonio Gomes da Silva.

**DESPACHO**

I - Cuida-se de *mandamus* de caráter preventivo e colima deferimento liminar a fim de que as autoridades impetradas se abstenham de colocar em discussão/votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2001, ante o argumento de se malferir o direito líquido e certo do impetrante que emerge do seu direito de livre escolha e nomeação dos diretores de escolas públicas, consoante a edição do Decreto nº 4313/2001.

A evidência que deflui da narrativa exposta pelo impetrante é o que dispõe o artigo 1º, do projeto em referência pelo qual se pretende sustar, com suporte no inciso XXVI, do artigo 54 (sic), da Constituição Estadual, os efeitos do Decreto nº 4313, de 27.06.2001, do Poder Executivo.

Esclareça-se, contudo, que o inciso XXVI mencionado aquele constante do inciso XXVII, do citado artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná.

II - A matéria contida no pedido vestibular, como se observa, é de iniludível e indisputável relevância, por isso que, a cautela recomenda se suspenda o ato inquinado de ofensivo ao direito líquido e certo do impetrante.

De fato, *in casu*, presentes se acham os requisitos estabelecidos no inciso II, do artigo 7º, da Lei nº 1533, de 31.12.51 (*fumus boni iuris* e possibilidade de lesão irreparável ou de difícil reparação), imprescindíveis para que se autorize ou se conceda a medida liminar (cf. STF - Pleno: RTJ 91/67). (No mesmo sentido: RTJ 112/140).

E como é cediço, “a medida liminar não tem por objeto o mérito da causa mas a garantia da eficácia do julgado, caso favorável ao impetrante” (cf. Plenário do STF, Rel. Min. Rafael Mayer, in DJU de 10.02.89, pág. 381).

III - Diante dessas considerações e ponderações, concedo a liminar instada, oficiando-se às autoridades impetradas para que se abstenham de colocar em discus-

são/votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2001, até final decisão deste remédio constitucional, bem como ofertem, querendo, suas informações, no prazo legal.

IV - Oportunamente, vista à douta Procuradoria Geral de Justiça.

V - Intimem-se.

Curitiba, 04 de outubro de 2001.

(a) Des. ANTONIO GOMES DA SILVA

Relator

Comentário:

Isto é discutir e votar a matéria, aprovar ou não aprovar.

O Poder Judiciário não pode antever a sua aprovação e julgar, inclusive depois da redação final prevê, por uma medida liminar, a tramitação, interferência direta no outro Poder.

Daqui uns dias, se isso acontecer, nós vamos fazer um Decreto Legislativo sustando a tramitação num processo criminal nos Tribunais.

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 144.610-7**

O governador Jaime Lerner, impetrou Mandado de Segurança contra o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e outro, pedindo ao Poder Judiciário que ordene a seu presidente que não coloque em discussão e/ou votação o Projeto de Decreto Legislativo 007/2001, o qual tem por objetivo a sustação do Decreto 4313/2001 do Governo do Estado do Paraná.

O relator, desembargador Antônio Gomes da Silva, concedeu liminar *inaudita altera pars* (sem ouvir a outra parte), expedindo a Ordem para que o Presidente da Assembléia Legislativa se abstenha de colocar em discussão e/ou votação o Projeto de Decreto Legislativo 007/2001.

Em primeiro lugar, a referida decisão é inconstitucional, pois agride de morte o disposto no artigo 2º da Constituição Federal, que estabelece a independência e harmonia entre os Poderes.

Ora, o Poder Legislativo no uso de suas atribuições constitucionais, artigo 54, inciso XXVI, e regimentais artigo 63, inciso IV e artigo 73, colocou em tramitação o Decreto Legislativo 007/2001, visando sustar ato normativo do Poder Executivo (Decreto 4113/2001), na forma prevista em lei. Procedimento este legal e regimental, constituinte de ato do Poder Legislativo e não ato de autoridade, portanto, inatacável por via de Mandado de Segurança.

Destaca-se que o referido ato do Poder Legislativo, é um ato em construção, o qual apenas se aperfeiçoará no momento de sua publicação, o que ainda não ocorreu. Desta forma está se atacando um ato de Poder ainda não acabado, que poderá ou não se completar, caso seja aprovado ou rejeitado pelo Plenário.

Destes elementos, denota-se o absurdo da decisão, visto que está sendo utilizado Mandado de Segurança

para atacar um Ato de Poder, quando este se presta apenas para atacar ato de autoridade, e mais, sequer há Ato de Poder, visto que este se encontra em processo de elaboração.

O que temos aqui, é uma inaceitável intromissão do Poder Judiciário na esfera das atribuições do Poder Legislativo, visto que, pelo comando da decisão, o Legislativo está sendo impedido de desempenhar suas elementares atribuições constitucionais e regimentais, isto é, discutir e votar matéria de sua competência.

Em segundo lugar, não há interesse de agir por parte do autor, visto que a medida adotada (Mandado de Segurança), não é meio hábil para o que se veicula no pedido. Neste sentido, Luiz Rodrigues Wambier, *in* Curso Avançado de Processo Civil, RT, vol. 1, p. 131 ensina: "o interesse processual nasce, portanto, da necessidade da tutela jurisdicional do Estado, invocada pelo meio adequado, que determinará o resultado útil pretendido, do ponto de vista processual".

Não há qualquer adequação da medida para o caso.

Visto que não há direito líquido e certo por parte do autor, bem como não se trata de ato de autoridade, e portanto não é o caso de se invocar o remédio do Mandado de Segurança. Quando muito poder-se-ia falar em inconstitucionalidade do ato, mas até neste sentido a esmagadora maioria da doutrina não admite a Ação de Inconstitucionalidade de ato normativo em elaboração.

Por terceiro, a referida decisão padece de outra inconstitucionalidade por violar o princípio constitucional da motivação dos atos judiciais, tendo em vista que a mesma, não apresenta qualquer fundamentação que demonstre haver direito líquido e certo e tampouco qualquer *periculum in mora*, que justifique a concessão da referida Ordem.

Em suma, a decisão judicial que concedeu liminar proibindo o Poder Executivo de discutir e votar o Projeto de Decreto Legislativo 007/2001, viola o princípio constitucional da separação e autonomia dos poderes, por conceder em sede de Mandado de Segurança liminar proibindo este Poder de exercer suas atribuições legais e regimentais. A referida decisão viola também o princípio constitucional da motivação dos atos judiciais, pois não possui qualquer fundamentação, e por fim, é ilegal porque o autor é carecedor de ação, por lhe faltar interesse processual para agir, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Politicamente, a medida revela uma reprovável parcialidade do Judiciário paranaense aos interesses do Poder Executivo estadual, que se movimenta com invejável rapidez quando se trata de assegurar os interesses do Executivo (discutíveis no caso), indo além do juridicamente possível, mas que dispensa tratamento muito diverso quando se trata da Oposição questionando os atos do Governo do Estado, como por exemplo a extinção da CPI Copel/Sercomtel.

A decisão do Tribunal de Justiça não está motivada. Eles colocam por causa do perigo eminente e por

conta de que nós estamos vendo aí uma sombra, uma nuvem, uma fumaça de direito líquido e certo, mas não explica onde que está isso, não aponta onde que está isso.

O governador Jaime Lerner não tem interesse em processar ou em não processar essa matéria, porque essa matéria está afeito *interna corporis*. Aqui, esse Parlamento, os deputados que estão aqui, têm interesse processual na matéria.

Portanto é ilegal a impetração desse mandado. Politicamente, senhores deputados, a medida revela uma provável parcialidade do Judiciário paranaense aos interesses do Poder Executivo estadual.

Senhores deputados, não dá para se calar diante de uma decisão - eu sou leigo em assuntos jurídicos -, que, a meu juízo, é processual e teoricamente absurda para a democracia brasileira.

### O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Irineu Colombo, quero cumprimentá-lo pelos esclarecimentos e comentários que faz acerca dessa decisão do Poder Judiciário. Não me lembro agora o nome do desembargador, Antônio Gomes me parecer, tomou essa decisão de impedir que a Assembléia Legislativa no dia de hoje, conforme combinado anteriormente, já que o projeto está em regime de urgência. O acordado é que hoje, dia 08 de outubro, nós iríamos deliberar sobre a aprovação do Decreto Legislativo 07/2001 para revogarmos, para cancelarmos de forma definitiva o decreto 4313 do governador.

Fico realmente preocupado, porque como diz V. Exa., a decisão do eminente desembargador não poderia ser da forma que foi, porque em nenhum momento, com relação ao Decreto Legislativo 4313 em relação ao Projeto de Decreto Legislativo 07/2001, em nenhum momento esta Casa infringiu dispositivos constitucionais ou regimentais. Lamento que tenha sido essa a decisão do Tribunal de Justiça através do eminente desembargador. Porque num outro assunto onde o Regimento da Casa foi desrespeitado, no nosso entendimento, quando aqui se discutia o projeto de lei de iniciativa popular e que o primeiro signatário, o autor do projeto não foi notificado para aqui estar, para participar do processo de discussões, para participar da discussão e votação do projeto, neste Plenário.

Na questão do projeto de lei de iniciativa popular, tem todo um capítulo em nosso Regimento que fala como se deve proceder, e a Assembléia procedeu de forma diferente daquilo que estabelece o Regimento, e foi objeto de uma questão de Ordem nossa, foi objeto de um mandado perante o Tribunal de Justiça. E, naquela ocasião, ele disse que o Tribunal de Justiça não deveria se insurgir com referência aos trabalhos do Poder Legislativo.

Naquele episódio onde o Regimento no nosso entendimento, e de uma parcela significativa de parlamentares teve infringidos seus dispositivos, naquele caso o Tribunal de Justiça disse que não poderia intervir, por-

que se tratava de um assunto *interna corporis* do Poder Legislativo.

Agora, quando em nenhum momento qualquer dispositivo regimental foi afrontado, vem o Poder Judiciário, através do eminente desembargador, e concede uma liminar suspendendo a tramitação de um projeto, que tramitava regularmente, dentro daquilo que estabelece o Regimento. Aprovado o regime de urgência, o presidente dará 48 horas para cada uma das comissões e o projeto será incluído na pauta e posteriormente na Ordem do dia.

Era este o roteiro que estava seguindo. Era este o roteiro que foi acordado pelo presidente Hermas Brandão, com o líder das Oposições, Waldyr Pugliesi, com o Líder dos Independentes, Augustinho Zucchi e com o líder do Governo, Durval Amaral.

Neste caso, sim, o Poder Judiciário se insurgiu, em matéria que era *interna corporis*, porque o Regimento estava sendo objeto. Na outra, que não era *interna corporis*, porque o Regimento não tinha sido obedecido, naquela ele diz que era *interna corporis* e portanto, não poderia opinar.

É lamentável que estas coisas aconteçam.

E eu entendo que vale, de nossa parte, do nosso líder da Oposição, dos nossos líderes de Bancadas, de parlamentares que estão na Oposição, eu entendo que vale uma conversa com este desembargador e até com o presidente do Tribunal, para mostrar em dois momentos, duas posições amplamente conflitantes. Quando se tinha o direito líquido e certo, pelo fato do Regimento ter sido descumprido, o Tribunal diz que não podia agir. Quando o Regimento estava sendo cumprido à risca, vem o Tribunal e diz que não pode trabalhar na discussão e votação, porque estará infringindo direitos do Poder Executivo.

Então, eu lamento esta postura do Tribunal de Justiça e cumprimento V. Exa. e sugiro aos nossos líderes que conversemos com o presidente do Tribunal de Justiça.

O SR. IRINEU COLOMBO

Parabéns, deputado Orlando Pessuti.

Agradeço o reforço à minha tese e só leio um trecho da decisão: "De fato, *in casu*, presentes se acham os requisitos estabelecidos no inciso tal, tal, tal, *fumus boni juris* e possibilidade de lesão irreparável e de difícil reparação".

Quer dizer, o desembargador percebeu que aquilo causaria um dano terrível. Então, decidiu barrar esta ação.

Quero dizer aos meus pares, senhor presidente, que nós muitas vezes assistimos a várias e várias decisões e permanecemos calados, nesta Casa. É difícil permanecermos calados quando encontramos situação de tamanha decisão absurda. Absurda do ponto de vista teórico, inclusive.

E, há outros fatos que eu gostaria de trazer à baila. Às vezes pode custar até retaliação, mas não podemos

perder de vista que estamos aqui em causa da democracia brasileira e paranaense, a independência dos Poderes.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (*Pela Ordem*)

Senhor presidente, nós, desde o final do ano passado, estamos lutando com a instalação das CPI's aqui na Casa. Foram instaladas. Não sei se todas. Foram instaladas todas? Foram todas?

O SR. PRESIDENTE (*Elio Rusch*)

Já está correndo o tempo de todas elas.

O SR. NEREU MOURA

Está correndo o tempo, senhor presidente, mas simplesmente nós não estamos sabendo do trabalho de nenhuma.

E o deputado Caíto Quintana fez uma reunião da Comissão do Rio Iguaçu, e as demais, pelo que estamos sabendo, nenhuma está funcionando.

Então, senhor presidente, vamos dar um prazo de trinta dias. Se essas CPI's não funcionarem, vamos fazer um requerimento pedindo a extinção de todas, porque não é possível que elas tenham sido apelidadas de laranjas e que tenham ultrapassado essa condição de laranja. Então, nós vamos dar um tempo às CPI's de trinta dias e nós, os deputados do PMDB, todos fazem parte das CPI's e os nossos deputados do partido estão acompanhando o funcionamento das CPI's e se não forem convocados, eu já quero comunicar-lhe que nós iremos propor, aqui na Casa, o fechamento dessas CPI'S.

O SR. PRESIDENTE (*Elio Rusch*)

Horário das Lideranças: PPB, PFL, PSDB, PPB, PPS, Liderança das Oposições.

Liderança do Governo.

**Todas Declinaram.**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, mandado de Segurança nº 114.610/7, de autoria do Tribunal de Justiça, constante do expediente. **Junte-s ao Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2001.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente, comunicando sua desfiliação do PSDB, filiando-se ao PDT. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Augustinho Zucchi constante do expediente, comunicando sua desfiliação do PSDB, filiando-se ao PDT, a

partir do dia 04 do corrente mês. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei nº 204/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia que autoriza o governo do Estado do Paraná a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 081/2000, de 19.06.2000).

#### ITEM 02

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 277/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Água Branca, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca de Imbituva. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 091/2001, de 26.06.2001).

#### ITEM 03

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 300/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Marilena e foro no município de Nova Londrina. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 102/2001, de 06.08.2001).

#### ITEM 04

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 313/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor Júlio Cesar - Ensino de 2º Grau, com sede e foro no Município de Rebouças. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 102/2001 de 06/08/2001).

#### ITEM 05

**Redação Final**- Do Projeto de Lei nº 314/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 2º da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, que criou o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná -

Funcor. **Aprovado.** (Publ. no DA, nº 103/2001, de 07.08.2001).

#### ITEM 06

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 330/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Hemofílicos de Maringá e Região Noroeste do Paraná - Hemomar, com sede e foro em Maringá. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 104/2001, de 08.08.2001).

#### ITEM 07

**REDAÇÃO FINAL** - do projeto de Lei nº 350/2001, de autoria da deputada Luciana Guzella Rafagnin, que declara de Utilidade Pública o Instituto da Fraternidade Universal com sede e foro na cidade de Curitiba-PR. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).

#### ITEM 08

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 353/2001, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a ACAP- Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/97, que dispõe sobre o Código de Saúde do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 737/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/97, que revoga a Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 1975, que aprovou o Código Sanitário do Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/99, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores do bairro Fortunato, com sede e foro no município de Palmas. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Evangélico e Assistência ao Idoso no município de Curitiba-PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores do Barreiro - Apeaba, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Apucarana, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Obra de Kolping Estadual do Paraná, com sede e foro no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação ABBA PAI, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores São Batista do Assungui, com sede no município de Fernandes Pinheiro e foro no município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2001, de 22/05/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 204/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Agricultores São João Batista do Assungui, com sede no município Fernandes Pinheiro e foro no município de Irati.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Guarujá", com sede e foro no município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 306/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Guarujá, com sede e foro no município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas, com foro e sede no município de Morretes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 386/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Doutor Luiz Fernando de Freitas, com sede e foro no município de Morretes.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator



**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, o Clube União Esporte Clube, com sede e foro no município da Lapa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 390/2001**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a o Clube União Esporte Clube, com sede e foro no município da Lapa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**CARLOS SIMÕES** - Relator

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública Estadual a ABF - Assistência Beneficente Filadélfia, com sede e foro na cidade de Maringá - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 391/2001**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ABF - Assistência Beneficente Filadélfia, com sede e foro na cidade de Maringá-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**CARLOS SIMÕES** - Relator

**ITEM 22**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/2001, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992 e adota outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CE. Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2001, de 19/09/2001).**

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
**PROJETO DE LEI Nº 029/2001**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de resolução tem por objetivo suprir as necessidades dos gabinetes parlamentares dos senhores deputados, quanto à manutenção dos veículos colocados à disposição dos mesmos.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável à proposição em tela, opinando pela sua aprovação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.09.2001.

(a) **COMISSÃO EXECUTIVA**

**ITEM 23**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 030/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas (Ex-Proposição nº 81/2001) - aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de agosto de 2001 - Resolução nº 15 de 19.06.92. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do ressarcimento para atender as despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15 de 19.06.1992, artigo 14, referente ao mês de agosto de 2001.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.09.2001.

(a) **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**  
**PROPOSIÇÃO Nº 081/2001**

**P A R E C E R :**

Encaminhada à esta Comissão a proposição em tela, que relata o relatório de movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de agosto de 2001, regulamentados pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1.992, conforme artigo 14.

Analisando o relatório do movimento relativo aos créditos para atender tais despesas, entendemos que as referidas contas estão em condições de merecer aprovação, pois encontram-se dentro das normas de sua regulamentação e atendem à legislação em vigor.

Isto posto, entende este relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.09.2001.

(aa) **DUÍLIO GENARI** - Presidente  
**NEREU MOURA** - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, requerimento nº 3224, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. NEREU MOURA

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3226, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3231, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, pela ordem!  
(Assentimento)

Senhor presidente, gostaria que V. Exa. desse ciência do teor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A tramitação do projeto é referente à mensagem governamental que dispõe sobre a autorização da desapropriação pela Sanepar de área da Emater ao município de Piraquara.

Está em votação.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento do senhor deputado Durval Amaral. Requer regime de urgência para tramitação do Projeto nº 499/2001, que dispõe sobre a autorização para que recursos de programa de Assistência do Sistema Penitenciário do Estado.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, pela ordem!  
(Assentimento)

De quem é o requerimento, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

É de Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria que até fizesse uma justificativa, porque confesso não conheço o inteiro teor desse projeto: destinação de recursos do fundo previdenciário. Do Paranaprevidência ou do Fundo Previdenciário do IPE? De onde são esses recursos que vão ser destinados ao Sistema Penitenciário?

Até faço um apelo ao deputado Durval Amaral, que deixássemos esse requerimento para amanhã, porque...

O SR. DURVAL AMARAL

Concordo!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

**Está retirado por uma Sessão.**

Requerimento nº 3223, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, estive conversando com o líder do governo, Durval Amaral, sobre o requerimento no qual pedimos o Grande Expediente do dia de amanhã para que professores das universidades estaduais possam vir ocupar o espaço na tribuna, e no qual, o deputado havia pedido vistas do projeto.

Então, gostaria que fosse revisto isso, para que eles possam amanhã usar esse espaço na tribuna. Um acordo que o deputado Durval estaria voltando atrás do seu pedido de vistas ao requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente!

A deputada Luciana Rafagnin me fez o apelo; não sei se caberia, tendo em vista que pedi, que fiz a solicitação para discutir. Se V. Exa. entender de submeter a voto, concordo que seja votado e efetivamente aprovado o requerimento da deputada Luciana.

Fica a decisão à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O deputado Nereu Moura havia solicitado o Grande Expediente no início da Sessão, me lembro que consta ele haver solicitado: não estava aqui na Mesa; quem estava presidindo era o deputado Hermas Brandão.

O SR. NEREU MOURA

Abro mão para a deputada Luciana Rafagnin. Acho que V. Exa. poderia colocar em votação, porque senão fica prejudicado, uma vez que está marcado para amanhã, daí seria votado só no dia de amanhã, ficaria prejudicada a vinda do pessoal da Unioeste e das Universidades.

Por isso, abro mão para que venha o pessoal falar aqui o porquê dessa greve que está sendo desencadeada nas universidades do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Mesa entende o apelo feito pela deputada Luciana Rafagnin e com a concordância do líder do Governo, que reitera a discussão, está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 3254, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, em nome e por delegação do meu líder, Waldyr Pugliesi, quero encaminhar contrário a esse requerimento do deputado Durval Amaral, porque lembra-se V. Exa. que na semana passada esta Assembléia, pela maioria dos senhores deputados presentes, não concordou com a redação final elaborada pela Comissão de Redação e decidiu o presidente, naquele momento, que uma nova redação final deveria ser apresentada através da Comissão de Redação.

Lembro-me também que, na quinta-feira pela manhã, uma reunião de líderes partidários, presentes o líder do Governo e o líder da Oposição e nós tivemos o privilégio de, por alguns instantes, participar da reunião, em nenhum momento este assunto, que é um dos mais polêmicos nos últimos dias, em nenhum momento se acordou para a dispensa da redação desse projeto que autoriza a construção da Usina Termoelétrica. Então, não posso concordar que o deputado Durval Amaral agora venha com um requerimento pedindo a dispensa de redação para o projeto de lei que autorizou a construção da Usina Termoelétrica pela Codepar, em Araucária.

O que me lembro é que, na semana passada, este Plenário rejeitou a redação final apresentada pela Comissão de redação e a Presidência determinou que o projeto retornasse à Comissão de Redação para uma nova redação. E lembro-me, também, que nenhum acordo foi feito entre as lideranças, para que requerimento nesse sentido, fosse apresentado. Entendo que isso contraria todo aquele entendimento de lideranças que fizemos na semana passada, no gabinete da Presidência, e contraria a deliberação do Plenário, e contraria a orientação dada pela Presidência.

Por isso, recomendo aos companheiros aqui presentes, que votemos contrários a esse requerimento que pede a dispensa de redação, porque o que nós queremos, na realidade, é que uma nova redação seja feita, analisada pela Comissão de Redação, que seja publicada no avulso da Ordem do Dia, para que possamos dizer sim ou não à redação final, porque foi isso que foi decidido na semana passada.

Por isso, peço voto contrário ao requerimento do deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados, nobre deputado Orlando Pessuti.

Analisando detalhadamente o Regimento Interno da Assembléia Legislativa no capítulo e nos artigos que se referem à dispensa de redação final, nada obsta que mesmo que rejeitado por algum vício formal de ortografia ou gramatical, enfim, nada impede que a qualquer momento, mesmo depois de o Plenário, soberanamente ter rejeitado e ter submetido novamente à Comissão de Redação Final, o Plenário aprove ou rejeite a dispensa de redação final.

Entretanto, o deputado Algaci Tulio, que é presidente da Comissão de Redação Final, está me afirmando

neste momento que até amanhã nós teremos o parecer da Comissão de Redação Final, razão pela qual eu requeiro a retirada deste requerimento para que amanhã possamos, definitivamente, aprovar ou rejeitar a redação final desse projeto da construção da termelétrica na cidade de Araucária.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

**Está retirado.**

Requerimento do deputado Nereu Moura, com sua discussão adiada, apoiado por mais diversos dos senhores deputados: "requer envio de pedido de informações à Secretaria de Estado da Educação solicitando esclarecimentos".

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, eu gostaria que V. Exa. relatasse quais são os esclarecimentos, porque, se não me falha a memória, dizem respeito ao pagamento de estadias de professores no Hotel Caravelle, no Hotel Eduardo VII, por ocasião da discussão, aqui, na Assembléia Legislativa da transformação do Plenário em Comissão Geral para deliberar sobre o Projeto Decreto Legislativo 07/2001.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

**(Lê esclarecimentos)**

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, eu entendo que esse requerimento deva ser por nós aprovado, não só pelos deputados de Oposição e do Bloco Independente, mas por todos os deputados desta Casa, porque esse requerimento é a essência do exercício legítimo do Parlamento: buscar informação sobre atos que estejam sendo praticados corretos ou de forma incorreta pelo Poder Executivo.

Se verdadeiras as afirmações que se fizeram aqui neste plenário de que o governo do Estado, através do Paranaeducação, teria pago o transporte, a hospedagem de professores, pais, alunos e funcionários do sistema estadual de educação para vir a Assembléia Legislativa fazer a defesa do Decreto 4313, também seria legítimo que este mesmo Paranaeducação patrocinasse a despesa daqueles professores, alunos, pais e funcionários que aqui vieram para se colocarem de forma contrário ao Decreto 4313. Se não bancaram a vinda daqueles que eram contra o Decreto 4313, não poderiam dentro do princípio da imparcialidade, também bancar as despesas daqueles que vieram aqui para defender o Decreto 4313 e é legítimo que a Assembléia busque essas informações.

O deputado Nereu e os demais deputados que subscreveram esse requerimento não querem nada mais do que o exercício pleno da democracia e do exercício pleno das prerrogativas que temos enquanto parlamentares, de pedir informações da execução orçamentária do Poder Público, seja ele na economia direta, indireta ou das empresas a ele vinculadas.

Por esta razão o requerimento é importante, é necessário, até para que nós possamos esclarecer aquilo que a imprensa e que muitas pessoas disseram de que o governo estaria bancando a vinda de professores ao Estado, em detrimento de outros que tiveram que vir às suas expressas ou com ajuda de companheiros.

Portanto, peço o voto favorável ao pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação. Os deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu quero convidar os senhores membros da Comissão Especial de Investigação que vai analisar os fatos denunciados pela imprensa, fatos ocorridos nas instituições de ensino superior no Estado do Paraná.

Então, queria convidar os senhores deputados membros desta Comissão, para nossa primeira reunião hoje, às 16h30min, na sala das Comissões.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

(**Procede chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. TONY GARCIA

Questão de ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Eu gostaria de fazer um comunicado a esta Mesa e a todos os parlamentares, que, infelizmente, hoje, a nossa CPI da Telefonia, sofreu uma outra suspensão, por noventa dias, pelo Tribunal de Justiça. A CPI que foi constituída pela Mesa Executiva desta Casa, foi considerada arbitrária, pelo desembargador do Tribunal de Justiça. Nós vínhamos tendo aí um ganho muito grande, em relação a cobranças indevidas, inclusive, com quebra de sigilo fiscal praticado pelo HSBC e apropriação indébita.

Nesse momento, somos obrigados, de novo, a interromper os trabalhos da CPI, por uma ação da Telepar impetrada junto ao Tribunal de Justiça e concedida a liminar, hoje. Fica aqui a todos e a essa Mesa Executiva, que deveremos nos pronunciar imediatamente, sob pena de não podermos realizar o nosso trabalho nesta Casa

com independência, em prestarmos um serviço a toda a população pela qual fomos eleitos.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Quero reforçar a preocupação do deputado Tony Garcia, porque é uma interferência indevida do Poder Judiciário. Aliás, o Poder Judiciário, quando tem interesse, vendo a tramitação aqui na Casa, se esmera para que seja aprovado. Toda vez que existe um projeto polêmico, o poder Judiciário rapidamente se pronuncia desfavoravelmente, não só a esta Casa, como aos interesses da Oposição. Acho uma interferência indevida, na qual a Assembléia Legislativa, como um Poder, não pode permitir esses atentados. Porque é um verdadeiro atentado. Existem três Poderes: o Poder Judiciário, que cuida das suas ações; O Poder Legislativo deve fazer leis e cuidar dos interesses do povo, e o Poder Judiciário está exorbitando das suas funções e temos que erguer a nossa voz, para admoestar essa interferência indevida, inaceitável e absolutamente prejudicável à democracia brasileira.

Fica aqui o nosso protesto - o meu protesto, porque são duas CPI's que o Poder Judiciário está colocando na gaveta. O que é que tem, que o Poder Judiciário não quer que investigue?

É preciso esclarecer isso, é preciso que a população do Paraná saiba disso.

Por isso, fica aqui o nosso protesto e o nosso veemente pedido que a Mesa não baixe a voz, se manifeste nos autos, vá à imprensa dizer que nós não aceitamos que os desembargadores fiquem aí agindo, interrompendo os trabalhos aqui da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O senhor 1º secretário procederá a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vinte e cinco deputados responderam à chamada. Não há quorum para deliberação, apenas para continuar a Sessão.

Requerimento nº 3078, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3216, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3217 de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3218 e 3219, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3220 de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3228 de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3234 e 3239 a 3249, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3235 a 3238 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3230 e 3251 a 3253, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3255 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, já pedi "Pela Ordem", no mínimo umas quinze vezes aqui, para pedir as informações de parte do governo sobre um requerimento aprovado na Casa, que solicita informações de despesas do governo com publicidade, solicita informações ou prestação de contas do Banestado, e este requerimento, da última vez que fiz a questão de ordem, o presidente nos diz que o governador não tem prazo para responder-lhe na Constituição.

Se o secretário de Estado tem 30 dias por que o Governador não tem 30 dias? É evidente que tem! Agora, dizer que o governador não tem prazo para responder um requerimento de um Poder, que é o Poder Legislativo me parece que não é a resposta mais correta.

No entanto, indago a V. Exa. se continuamos na mesma informação de que o governador não tem prazo para responder requerimento do Poder Legislativo?

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós vamos levar sua solicitação e sua preocupação à Comissão Executiva da Casa.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Por outro lado, senhor presidente, nós ingressamos com uma ação junto ao Tribunal de Justiça com pedido de liminar, e como não conseguimos a liminar, entramos então com o agravo de liminar. E essa ação carece de um

despacho do Tribunal de Justiça, e que nós estamos aguardando sobre descumprimento de duas leis por parte do Governo do Estado.

Apenas para efeito de conhecimento da Casa, dizer que aguardamos a qualquer momento um despacho do desembargador responsável para que seja dada a liminar ou o agravo de liminar, para que se suste o processo em curso da venda da Copel.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Antes de V. Exa. encerrar a Sessão, quero comunicar aos deputados que fazem parte da Comissão de Redação, para a reunião amanhã após o Plenário, muito embora a secretária já esteja fazendo a convocação oficial a cada um, dos senhores deputados.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu requeiro a V. Exa. que, após dado ciência ao Plenário, forneça à Liderança das Oposições a Ordem do Dia, que será discutida e votada na Sessão de amanhã.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 284/2000; 201, 210, 333, 341, 342 e 360/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 204, 306, 386, 390, 391/2001 e dos Projetos de Resolução nºs 029 e 030/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 295, 346, 392, 405, 417, 424, 425 e 437/2001.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - das Proposições nºs 012, 020/99; 082, 083 e 084/2001.

1ª DISCUSSÃO - das Proposições nºs 011/99 e 035/2001.

Levanta-se a Sessão.